Artigo 9.º

Normas Finais

1 — Compete à Câmara Municipal promover a execução do presente Regulamento, cabendo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a competência para o interpretar, modificar e suspender, nos termos da legislação aplicável.

2 — O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*, sem prejuízo da sua publicação no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, produzindo efeitos a partir do ano letivo 2016/2017, inclusive.

310661263

MUNICÍPIO DE VISEU**Aviso n.º 9334/2017****Cessação da relação jurídica de emprego público**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, dos trabalhadores abaixo indicados:

Adelino Conceição Cerqueira — Assistente Operacional/Trolha, Posição Remuneratória 5, Nível 5, aposentado em 01-01-2017;

José Pedro Monteiro de Carvalho — Assistente Operacional/Cantoneiro de Limpeza, Posição Remuneratória 2, Nível 2, aposentado em 01-03-2017;

Lucinda Lopes Mendes da Costa — Assistente Operacional/Auxiliar Administrativo, Posição Remuneratória 3, Nível 3, aposentada em 01-05-2017.

20 de julho de 2017. — O Vice-Presidente, *Joaquim António Ferreira Seixas*.

310663734

FREGUESIA DE BEIRÃ**Aviso n.º 9335/2017****Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira geral de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, toma-se público que, por deliberação do órgão executivo de 21 de maio de 2017 e do órgão deliberativo a 03 de junho de 2017, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria e carreira de Assistente Técnico para a Junta de Freguesia da Beirã.

2 — Tendo em conta a inexistência de qualquer reserva de recrutamento constituída nesta Junta de Freguesia para o posto de trabalho referido, e considerando que as entidades gestoras da requalificação nas autarquias locais (EGRAS) ainda não estão constituídas e de acordo com solução interpretativa uniforme, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, as Autarquias Locais estão dispensadas de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (NA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.

3 — Postos de trabalho: 1 Assistente Técnico — área de Administrativo

4 — Local de trabalho: área da Freguesia de Beirã

5 — Caracterização do posto de trabalho: As funções gerais para a categoria de Assistente Técnico são as constantes no Anexo à LTFP, no que respeita à categoria de Assistente Técnico, grau de complexidade funcional 2, designadamente assegurar a transmissão da comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, prestar apoio na elaboração de requerimentos ou outros documentos, bem como, prestar informações solicitadas; aceitar e encaminhar as reclamações dos cidadãos para o executivo; passar atestados e certidões, assegurar o

correto e atempado arquivamento de todos os documentos da Junta de Freguesia; assegurar a gestão administrativa e atempada dos serviços prestados no cemitério da freguesia e manter os registos permanentemente atualizados; realizar o registo e licenciamento de cães e felinos; recolher, examinar, conferir e proceder a escrituração de dados relativos às transações financeiras e contabilísticas, podendo assegurar a movimentação de fundo de maneiço; elaborar documentos como o orçamento, a conta de gerência e a prestação de contas cumprindo as normas de contabilidade e finanças locais; realizar tarefas no âmbito dos CTT — sistema NAVE; realizar tarefas no âmbito do “espaço do cidadão”: efetuar a manutenção e limpeza dos equipamentos existentes e sua guarda; proceder a outros serviços administrativos.

6 — Posicionamento remuneratório — Será determinado com base no preceituado no artigo 38.º da LGTFP, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, cuja vigência foi mantida pelo n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017), sendo a posição remuneratória de referência a 1.ª posição, nível 5, a que corresponde 683,13 (euros).

7 — Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (designada por LGTFP), Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

8 — Requisitos gerais de admissão, de acordo com o artigo 17.º da LGTFP:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções.
- Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.
- Carta de condução

9 — Nível habilitacional exigido: 12.º ano, a que corresponde o grau previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 86.º da LGTFP.

10 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal deste Município, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicitam os procedimentos.

11 — Em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 30.º da LGTFP, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

12 — Em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no número anterior e tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, alarga-se a área de recrutamento aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme proposta aprovada pela Junta de Freguesia em reunião de 25 de Maio de 2017 e pela Assembleia de Freguesia de 03 junho de 2017.

13 — Formalização da candidatura:

13.1 — A candidatura deve ser formalizada através de Formulário, de utilização obrigatória, disponível nos Serviços Administrativos desta Junta e em www.jf-beira.pt.

13.2 — A apresentação da candidatura em suporte de papel deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Fotocópia do certificado de habilitações;
- Currículo profissional detalhado, datado e assinado;
- No caso do candidato com vínculo de emprego público, declaração emitida pelo órgão ou serviço onde exerce funções públicas, devidamente atualizada, da qual conste a informação seguinte: indicação inequívoca da natureza da relação jurídica de emprego público detida; carreira e categoria em que o/a candidato/a se integra; atividade e funções que o/a candidato/a desempenha e o grau de complexidade das mesmas; posição remuneratória em que o/a candidato/a se encontra; avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, em que o/a candidato/a cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar ou indicação de que o/a candidato/a não foi avaliado/a naquele período por motivos que não lhe são imputáveis;

13.3 — Os candidatos com deficiência devem juntar declaração comprovativa do grau de incapacidade e o tipo de deficiência de que são portadores;